

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2010****(Valores em R\$)****NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília – DF, é Empresa Pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/1969, e vinculada ao Ministério das Comunicações. Rege-se pela Legislação Federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e por 28 Diretorias Regionais. Atua no segmento postal, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/1978. No segmento financeiro, presta serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e como correspondente bancário realiza serviços básicos de abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

**NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária em vigor.

**2.1 – Adoção da Lei nº 11.638/2007 e da Lei 11.941/2009**

Com a publicação da Lei 11.638/2007, a contabilidade brasileira caminha rumo à convergência com as práticas internacionais já adotadas em vários países. Dentre algumas mudanças trazidas para a nova Contabilidade Brasileira, está a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em 2005, que surgiu das necessidades de tornar mais ágil a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, ser um catalisador na emissão de normas dessa natureza no Brasil e ser um representante democrático na produção dessas informações já que fazem parte dela representantes das empresas, usuários, sociedade acadêmica e governo.

Até o exercício de 2010, o CPC emitiu 41 pronunciamentos, 04 orientações, 16 interpretações, tratando de vários assuntos, dentre eles, a Estrutura Conceitual, criação do Ativo Intangível, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, recuperabilidade de ativos, valor justo, além da orientação exclusiva para a Adoção Inicial da Lei 11.638/2007 e os reflexos da Lei 11.941/2009, o CPC nº 13.

A seguir, são apresentadas as principais modificações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e da Lei 11.941/2009 que afetaram as práticas contábeis adotadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos desde 2008:

- a) segregação do ativo em circulante e não-circulante e do passivo em circulante, não-circulante e patrimônio líquido;
- b) alteração do conceito de Imobilizado - a Lei n.º 11.638/2007 determina que serão classificados no Ativo Imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;
- c) criação do subgrupo Ativo Intangível para registro dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Especificamente no caso da ECT, foram transferidos os saldos das contas de software não agregados às máquinas e equipamentos;
- d) Diferido – apesar da permissão de permanência sob esta classificação até a completa amortização do saldo existente em 31/12/2008, a Empresa optou por baixar todos os registros do Ativo Diferido em 2008;
- e) Reserva para Incentivos Fiscais - as doações ou subvenções governamentais para investimentos deverão sensibilizar o resultado da empresa. A ECT recebe em doações terrenos e imóveis de entes públicos, os quais eram registrados diretamente no Patrimônio Líquido e que passaram a ser registrados na conta de receita desde 2008, excluindo-se, contudo, da destinação do lucro, conforme art. 195-A da Lei 11.638/2007;
- f) Ajuste a valor presente das operações a longo prazo e das relevantes de curto prazo – as aplicações financeiras, que representam 95% do total do realizável a longo prazo, estão registradas a valor de mercado, e os demais itens deste grupo são atualizados monetariamente. Os valores registrados no Passivo Não-Circulante representam o valor presente das obrigações na data do balanço. A Empresa considera como itens relevantes no curto prazo, além das aplicações financeiras que já estão registradas a valor de mercado, os valores registrados no Contas a Receber e Contas a Pagar, para os quais, foram realizados testes com base nos prazos médios de pagamento e recebimento onde se verificou que o efeito de ajuste a valor presente não era relevante.
- g) Análise permanente do grau de recuperação dos valores registrados no Ativo (*impairment*) – a Empresa deverá efetuar, anualmente, testes para verificar se os valores registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de recuperação por uso ou venda. O Pronunciamento Técnico CPC 13 menciona que o primeiro teste de recuperação, para fins de revisão e ajuste dos critérios para determinação da vida útil e do cálculo da depreciação e amortização, seja feito a partir de 2009. A Empresa, no que tange aos itens relevantes, quais sejam: máquinas e equipamentos, imóveis e veículos, não identificou indícios de desvalorização por *impairment*, tendo sido feito teste de recuperabilidade específico para os equipamentos de triagem automatizada. Quanto aos Investimentos não relevantes, o tratamento dado está em conformidade (registrado pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas).

### NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos de curto e longo prazos.

**3.1 – Estoques:** avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

**3.2 – Investimentos:** registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária para que seus valores não estejam superiores aos recuperáveis com a venda. No momento, não há intenção de venda pela Empresa desse Ativo.

**3.3 – Imobilizados:** demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as Leis 7.799/1989 e 9.249/1995 e Decreto 332/1991, e depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação aplicadas aos bens da ECT são as seguintes:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TAXA ANUAL
Imóveis	4%
Equipamentos de Informática	20%
Instalações, Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos Motorizados Leves	20%
Veículos Motorizados Pesados e Motos	25%
Veículos não-motorizados	20%
Outras imobilizações	20%

**3.4 – Intangível:** composto por softwares que não estão agregados a Máquinas e Equipamentos, cuja taxa de depreciação anual corresponde a 10%.

**3.5 – Demais ativos:** apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

**3.6 – Passivo Circulante e Passivo Não-Circulante:** registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

**3.7 – Provisões:** os critérios de constituição das provisões para alcances, prejuízos a apurar, valores em cobrança jurídica, reclamações trabalhistas/cíveis tiveram seus critérios de constituição revisados no exercício de 2006. As provisões para Multas e Sinistros de Trânsito e Débitos de Terceiros foram instituídas em 2008, dada a baixa expectativa de recuperação desses Ativos. Em 2009, foram revisados os critérios de provisão para débitos de agências de correios franqueadas inadimplentes, débitos de agências de correios comerciais e provisão para perdas de investimentos (FINAM/FINOR), tendo em vista que a Empresa vislumbrou indícios de recuperabilidade menor desses ativos.

**3.7.1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** foi constituída ao final do exercício, correspondendo ao somatório de 97% dos saldos de faturamento a receber vencidos há mais de 365 dias com cobrança administrativa e jurídica, mais 70% do saldo de inadimplência do fonado. A queda da inadimplência, conforme demonstrado a seguir, ocasionou reversão de R\$8,7 milhões no resultado. Dentre os motivos que contribuíram para essa queda, cabe mencionar a liquidação ou solução de inadimplências antigas, negociação/acerto de contas com clientes estratégicos inadimplentes.

	<b>2010 (R\$)</b>
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos particulares	2.415.232,48
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos públicos	863.211,19
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2010	37.747.062,45
Inadimplência do Telegrama Fonado (70% do saldo)	1.043.660,52
<b>Saldo final da provisão em 31/12/2010</b>	<b>42.069.166,64</b>

	<b>2009 (R\$)</b>
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos particulares	1.684.439,70
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 de órgãos públicos	10.943.568,06
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2010	32.587.966,87
Inadimplência do Telegrama Fonado (70% do saldo)	5.515.537,83
<b>Saldo final da provisão em 31/12/2009</b>	<b>50.731.512,46</b>

Conforme o CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos, a reversão da perda por desvalorização de um ativo, exceto o ágio pago por expectativa de resultado futuro (*goodwill*), deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período a menos que o ativo esteja registrado por valor reavaliado de acordo com outro Pronunciamento.

De acordo com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007, as desvalorizações ou as reversões de desvalorizações que resultam da adoção deste Pronunciamento devem ser reconhecidas de acordo com este Pronunciamento, ou seja, na demonstração do resultado, a menos que um ativo seja contabilizado pelo valor reavaliado.

**Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Correção de Erros, o reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data da mudança na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente.**

**3.7.2 – Provisão para Alcances:** constituída mensalmente, à base de 99% do saldo registrado até o mês anterior na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

**3.7.3 – Provisão para 13º Salário:** constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos;

**3.7.4 – Provisão para Férias:** constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, acrescido do adicional de 70% e encargos sociais respectivos para todos os empregados;

**3.7.5 – Provisão para Prejuízos a Apurar:** constituída mensalmente à base de 90% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Prejuízos a Apurar Delitos Internos e Externos. É utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujos processos se encontram em fase de apuração;

**3.7.6 – Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs):** constituída mensalmente, à base de 30% do saldo registrado até o mês anterior da subconta ACFs Inadimplentes e 100% dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas. Ressalte-se que esse percentual foi ajustado em 2009 e confirmado em 2010

**3.7.7 – Provisão para Débitos de Agências de Correio Comercial (ACC):** constituída mensalmente, à base de 73% do saldo registrado até o mês anterior na subconta Inadimplentes e 100% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das contas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial. Esse percentual também foi revisto em 2009 e confirmado em 2010, de forma a demonstrar a recuperabilidade mais próxima da realidade.

**3.7.8 – Provisão para Valores em Cobrança Jurídica:** constituída mensalmente, à base de 97% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior da subconta Cheques em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

**3.7.9 – Provisão para Multas e Sinistros de Trânsito:** constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da conta Multas e Sinistros de Trânsito;

**3.7.10 – Provisão para Cobrança Jurídica de Débitos de Empregados:** constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da conta Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica;

**3.7.11 – Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis:** constituída à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pelos consultores jurídicos, como de perda provável;

**3.7.12 – Provisão para Outros Débitos de Terceiros:** constituída à base de 99% do saldo da subconta Outros Débitos de Terceiros;

**3.7.13 – Provisão para Cobrança Jurídica de Outros Débitos de Terceiros:** constituída à base de 97% do saldo da subconta Cobrança Jurídica de Terceiros, na qual são registrados os débitos de terceiros não vinculados a faturamento a receber.

### **3.8 – Imposto de Renda e Demais Tributos**

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no que couber, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas no exercício de 2010 à alíquota de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação.

### **NOTA 4 – DISPONÍVEL**

**4.1 – Caixa:** em 31/12/2010, o valor de R\$182,0 mil em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.313 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante destina-se a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2011.

**4.2 – Aplicações:** as disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas nos Fundos de Investimentos Extramercado Exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM, nas carteiras compostas por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Nota do Tesouro Nacional (NTN-F), Letra do Tesouro Nacional (LTN) e operações compromissadas, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

**4.2.1. Posição em 31/12/2009 (Reclassificado)**

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE
LFT	2.958.222.677,32	76,35%
LTN	417.139.631,28	10,77%
NTN-F	50.851.166,30	1,31%
Op. Compr. (1 dia) <sup>1</sup>	296.555.782,92	7,65%
<b>Subtotal</b>	<b>3.722.769.257,82</b>	<b>96,08%</b>
Ajustes <sup>2</sup>	(14.094,79)	0%
Fundo Multimercado <sup>3</sup>	151.865.769,72	3,92%
<b>Total</b>	<b>3.874.620.932,75</b>	<b>100,00%</b>
Imposto de Renda	(3.901.343,03)	-0,10%
<b>Líquido</b>	<b>3.870.719.589,72</b>	<b>99,90%</b>

TÍTULOS DE RENDA FIXA				
VENCTO	LFT	LTN e NTN-F	Op. Compr.	TOTAIS
2010	290.550.682,18	76.612.776,33	296.555.782,92	663.719.241,43
2011	443.508.809,46	340.526.854,95		784.035.664,41
2012	445.200.053,21	50.851.166,30		496.051.219,51
2013	731.797.572,15			731.797.572,15
2014	719.362.911,91			719.362.911,91
2015	327.802.648,41			327.802.648,41
<b>TOTAIS</b>	<b>2.958.222.677,32</b>	<b>467.990.797,58</b>	<b>296.555.782,92</b>	<b>3.722.769.257,82</b>

<sup>1</sup> Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes. <sup>2</sup> Taxa de Administração, ajuste mercado futuro e outros.

<sup>3</sup> Possui políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

**4.2.2. Posição em 31/12/2010**

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE
LFT	3.411.768.211,69	73,10%
LTN	713.430.653,61	15,29%
NTN-B	29.723.033,79	0,64%
NTN-F	51.525.880,30	1,10%
Op. Compr. (1 dia) <sup>1</sup>	406.987.128,78	8,72%
<b>Subtotal</b>	<b>4.613.434.908,17</b>	<b>98,85%</b>
Ajustes <sup>2</sup>	(339.302,38)	-0,01%
Fundo Multimercado <sup>3</sup>	54.217.519,22	1,16%
<b>Total</b>	<b>4.667.313.125,01</b>	<b>100,00%</b>
Imposto de Renda	(6.188.648,33)	-0,13%

<b>TÍTULOS DE RENDA FIXA</b>						
<b>VENCTO</b>	<b>LFT</b>	<b>NTN-B</b>	<b>LTN</b>	<b>NTN-F</b>	<b>Op. Compr.</b>	<b>TOTAIS</b>
2011	486.817.561,69	-	426.418.394,76	-	406.987.128,78	1.320.223.085,23
2012	488.687.409,03	-	168.110.302,20	51.525.880,30		708.323.591,53
2013	857.259.753,80	29.723.033,79	118.901.956,65	-		1.005.884.744,24
2014	789.636.678,08	-	-	-		789.636.678,08
2015	359.825.326,08	-	-	-		359.825.326,08
2016	429.541.483,01	-	-	-		429.541.483,01
<b>TOTAIS</b>	<b>3.411.768.211,69</b>	<b>29.723.033,79</b>	<b>713.430.653,61</b>	<b>51.525.880,30</b>	<b>406.987.128,78</b>	<b>4.613.434.908,17</b>

<sup>1</sup> Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes. <sup>2</sup> Tx. Adm. CPMF, ajuste mercado futuro e outros na gestão do fundo-13.

<sup>3</sup> Deve possuir políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

O montante acima está distribuído em R\$1.313,7 milhões no Circulante referente aos títulos vencíveis nos próximos doze meses e em R\$3,3 bilhões no Não-Circulante correspondendo aos vencimentos posteriores a este prazo. A diferença existente entre a tabela acima e o Balanço Patrimonial, corresponde ao Imposto de Renda, no valor de R\$6,2 milhões.

Ainda, todo excesso de caixa que a ECT aplica em fundos de investimento, está de acordo com a Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.284/2005, que dispõe sobre a forma de aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das Empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

Com relação às garantias, essas existem em virtude do Contrato de Outorga de Contragarantia Nº 10322 celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e a ECT, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencendo em 12/12/2015), com a finalidade de o Banco do Brasil ser o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos (JBIC, MARUBENI, KFW e Danske Bank) – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco seja o garantidor das operações, a ECT paga Comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda, deixa bloqueado parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extramercado 13.

## NOTA 5 – CRÉDITOS

<b>NATUREZA DO CRÉDITO</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Serviços Faturados	993.704.070,11	754.458.933,39
Serviços a Faturar	19.161.778,29	74.662.641,86
Cartões de Crédito	3.673.183,27	2.565.471,64

ACF/Prestação de Contas	60.356.946,28	55.013.090,73
ACF/Débitos Negociados	2.447,95	2.447,95
Débitos Internacionais	90.350.020,22	94.524.103,17
Débitos AGC	17.558,60	25.725,66
Débitos ACC	2.786.138,45	2.405.126,68
Outros Débitos de Clientes	10.428.541,05	10.071.031,14
<b>Total</b>	<b>1.180.480.684,22</b>	<b>993.728.572,22</b>

**5.1 – Serviços Faturados:** representam os direitos da empresa por serviços prestados/vendas de mercadorias a clientes e estão suportados por faturas em cobranças bancária, administrativa ou jurídica. Do total dos serviços faturados, existia a inadimplência há mais de 365 dias no total de R\$42,1 milhões.

**5.2 – Serviços a Faturar:** representam os direitos da Empresa por serviços prestados a clientes, em processo de emissão de fatura de cobrança.

**5.3 – ACF/Prestação de Contas:** refere-se aos direitos da Empresa junto aos franqueados, correspondente à arrecadação da última quinzena do mês.

**5.4 – Débitos Internacionais:** corresponde aos direitos junto a clientes e Correios Internacionais com os quais a ECT mantém parceria comercial. Esses valores foram corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque – DES, na data do balanço, sendo o decréscimo de saldo justificado pela oscilação negativa das moedas estrangeiras.

**5.5 – Outros Débitos de Clientes:** refere-se aos créditos da Empresa não registrados como faturamento a receber, principalmente relativos ao serviço fonado e às custas de protestos sujeitas a ressarcimento.

## NOTA 6 – ESTOQUES

Os materiais em estoque estão avaliados pelo custo médio de aquisição e armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de Materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, além de 6.313 Unidades de Atendimento e demais unidades operacionais.

<b>MATERIAIS ESTOCADOS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Combustíveis e lubrificantes	0,00	59.743,24
Material para consumo	34.035.967,61	24.845.979,34
Material para revenda/almoxarifados	10.786.640,87	14.406.061,36
Material para revenda/Agência	0,00	0,00
Material em trânsito	373.513,16	43.736,55
Material em consignação	561.197,48	1.802.170,54
<b>TOTAL</b>	<b>45.757.319,12</b>	<b>41.157.691,03</b>

## NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

### 7.1 – Adiantamentos

<b>ADIANTAMENTOS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Adiantamento Salarial	2.279.004,25	1.987.734,82
Adiantamento de Férias	88.670.068,29	76.698.598,35
Outros Débitos de Empregados	6.217.116,78	4.471.289,15
Demais Adiantamentos	3.925.592,96	3.986.989,67
<b>TOTAL</b>	<b>101.091.782,28</b>	<b>87.144.611,99</b>

**7.1.1 – Salarial:** caracterizam-se como adiantamento salarial, os débitos de empregados decorrentes de cobertura de saldo negativo e de qualquer outra forma de antecipação salarial autorizada, compensável em folha de pagamento, exceto adiantamento de férias.

**7.1.2 – Férias:** adiantamento de salário concedido por ocasião do gozo de férias, cuja devolução poderá ocorrer em até 5 (cinco) parcelas.

**7.1.3 – Outros débitos de empregados:** o montante de R\$6,2 milhões refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados à Empresa, como diferenças de caixas e outros.

**7.1.4 – Demais adiantamentos:** referem-se aos adiantamentos a empregados da Empresa, para pagamento de despesas sujeitas a posterior comprovação e ao valor devido por Órgãos Públicos pelos empregados cedidos.

### 7.2 – Valores a Compensar

<b>DIREITOS A COMPENSAR</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Salário-maternidade	444.163,86	435.163,68
IRRF/Aplicações financeiras	38.230.221,28	64.574.211,26
ICMS a recuperar/compensar	37.097,99	97.265,53
IR – retido na fonte – Lei 9.430	18.269.251,90	21.398.509,62
CSLL retido na fonte – Lei 9.430	3.272.255,14	4.291.246,57
COFINS retido na fonte – Lei 9.430	3.441.106,67	5.991.050,97
PIS/PASEP retido na fonte – Lei 9.430	818.915,39	1.248.837,42
INSS retenção por clientes	3.639.794,31	1.793.801,46
Recolhimentos indevidos – Lei 10.833/03	570.008,50	120.127,09
Recolhimento indevido – INSS	216.059,27	240.581,83
INSS: pagamentos benefício/Empregados	1.175.283,43	14.646,88
Instituições Bancárias-saque	290.000,00	0,00
Pagamentos Transitórios ERP	0,00	22.280,83
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	574.586,35	503.696,22
<b>TOTAL</b>	<b>70.978.744,09</b>	<b>100.731.419,36</b>

**7.2.1 – Imposto de renda retido na fonte:** o montante de R\$38,2 milhões refere-se ao Imposto de Renda, compensável, cobrado sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Seu valor elevado em 2009 decorre principalmente da não compensação do IR de aplicações no segundo trimestre daquele exercício, devido ao prejuízo fiscal apresentado.

**7.2.2 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430:** os valores R\$18,3 milhões (IRRF); R\$3,3 milhões (CSLL); R\$3,4 milhões (COFINS) e R\$0,8 milhão (PIS/PASEP) referem-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da Administração Pública Federal, quando do pagamento de produtos e/ou serviços adquiridos na ECT.

**7.2.3 – Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/2003:** o montante de R\$570,0 mil refere-se aos valores recolhidos à Receita Federal do Brasil, decorrentes de retenções indevidas de tributos, os quais, atualizados pela SELIC, podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal, após o deferimento daquele Órgão.

### **7.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência**

<b>DIREITOS EM COBRANÇA JURÍDICA</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Faturas em cobrança jurídica	39.319.376,03	33.595.842,13
Cheques em cobrança jurídica	318.709,32	455.662,84
Faturas vinculadas a cheques em cobrança jurídica	653,98	653,98
Provisão para direitos em cobrança jurídica	(310.830,36)	(505.080,30)
Alcances	34.168.076,93	32.823.534,53
Provisão para alcances	(33.811.937,84)	(32.381.878,61)
Inadimplentes ACF	2.020.204,78	1.676.806,20
Inadimplentes com cobrança jurídica	758.920,74	944.888,40
Descredenciadas com cobrança jurídica	12.202.289,90	15.043.825,15
Provisão para débito de ACF	(12.485.503,89)	(16.470.980,69)
Débitos de empregados em cobrança jurídica	2.077.176,24	2.066.156,32
Provisão para débitos de empregados em cobrança jurídica	(2.057.012,23)	(1.951.584,06)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	17.770.342,05	16.250.086,14
Provisão p/cobrança jurídica de faturas e débitos de terceiros	(53.559.072,13)	(14.132.438,29)
<b>TOTAL</b>	<b>6.722.223,88</b>	<b>37.415.493,74</b>

**7.3.1 – Faturas em cobrança jurídica:** o montante de R\$39,3 milhões refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica da Empresa. Esse montante está acobertado por provisão para perdas na importância de R\$37,7 milhões.

**7.3.2 – Alcances:** o montante de R\$34,2 milhões refere-se a débitos, de empregados, decorrentes de ilícitos cujos processos (Tomada de Contas Especiais – TCE) foram enviados ao Tribunal de Contas da União – TCU para análise e julgamento.

**7.3.3 – Descredenciadas com cobrança jurídica:** o montante de R\$12,2 milhões refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas em face do descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, a ECT tem ajuizado ações de cobrança.

**7.3.4 – Débitos de empregados em cobrança jurídica:** o montante de R\$2,1 milhões refere-se a débitos de ex-empregados, apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento.

**7.3.5 – Cobrança jurídica de débitos de terceiros:** do montante de R\$17,8 milhões, R\$11,8 refere-se ao quadro a seguir e os demais valores são referentes à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças.

<b>Devedor</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Observação</b>
----------------	--------------------	-------------------

Interunion Capitalização – Papa-Tudo	11.763.674,05	Em fase de negociação/análise para liquidação do crédito mediante acordo extrajudicial, tendo sido nomeado liquidante.
--------------------------------------	---------------	--

**7.3.6- Provisão para cobrança jurídica de faturas e débitos de terceiros:** o aumento do saldo refere-se à alteração da forma de registro da provisão para perdas de faturas em cobrança jurídica, a qual deixou de ser redutora do faturamento a receber e passou a reduzir a conta de faturas em cobrança jurídica.

#### 7.4 – Valores a Apurar

<b>PREJUÍZOS EM APURAÇÃO</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Prejuízos a apurar – delitos externos	10.416.834,71	8.871.780,70
Prejuízos a apurar – delitos internos	22.842.498,95	18.312.417,89
Provisão para prejuízos a apurar	(27.898.017,48)	(22.533.854,02)
Outros	486.420,52	336.584,90
<b>TOTAL</b>	<b>5.847.736,70</b>	<b>4.986.929,47</b>

**7.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos:** os montantes de R\$10,4 milhões e R\$22,8 milhões referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros e por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face da ECT ser uma entidade da Administração Pública Federal todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

#### 7.5– Outros Créditos

<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Notas promissórias	155.318,61	38.575,27
Vale postal internacional – importação	175.262,23	215.772,01
Outros débitos de terceiros	9.425,35	3.896,29
Outros pagamentos por conta de terceiros	3.691,10	18.693,69
Multas e sinistros de trânsito	36.188,08	52.899,39
Serviço médico de aposentados	84.052,11	713.197,17
Outros	78.685,97	82.138,72

<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>TOTAL</b>	<b>542.623,45</b>	<b>1.125.172,54</b>

**7.5.1 – Notas promissórias:** o montante de R\$155,3 mil corresponde aos direitos da Empresa suportados por notas promissórias.

**7.5.2 – Vale Postal Internacional – Importação:** a importância de R\$175,3 mil refere-se aos vales postais encaminhados pelas Administrações Postais para pagamento em território nacional.

**7.5.3 – Multas e Sinistros de Trânsito:** o valor de R\$36,2 mil é referente a multas e sinistros de trânsito passíveis de decisão jurídica com relação ao desconto do empregado.

**7.5.4 – Serviço Médico de Aposentados:** corresponde aos valores de co-participação do serviço médico-odontológico prestado aos aposentados.

**7.5.5 – Juros** – é composto principalmente pela parcela de curto prazo de venda de imóveis funcionais.

## **NOTA 8 – NÃO-CIRCULANTE**

**8.1 – Aplicações:** vide Nota 4.2

**8.2 – Imóveis Funcionais:** o valor de R\$5,6 milhões refere-se ao saldo remanescente, atualizado monetariamente, da venda, em 1991, de imóveis residenciais funcionais, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF.

**8.3 – Despesas Antecipadas:** o zeramento do saldo corresponde à migração do valor de R\$50,4 mil referente aos seguros do contrato de financiamento internacional nº 1036/1999 – Mecanização da Triagem - MECTRI para o curto prazo.

**8.4 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos.**

<b>NATUREZA DO CRÉDITO</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Depósitos judiciais	19.782.355,57	17.100.252,29
Depósitos recursais	19.638.867,67	22.728.832,18
Depósitos recursais administrativos	55.777.287,18	54.942.114,77
Assistência Jurídica – livre escolha	748.548,85	748.548,85
<b>TOTAL</b>	<b>95.947.059,27</b>	<b>95.519.748,09</b>

Os valores de R\$19,8 milhões, R\$19,7 milhões e R\$55,8 milhões referem-se aos depósitos realizados para fazer face às demandas judiciais em que a ECT figura como réu, cabendo ressaltar o seguinte:

- a) os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- b) os depósitos recursais decorrem da interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância e são atualizados monetariamente todos os meses;
- c) os depósitos recursais administrativos são valores, a favor do INSS, equivalentes a 30% do valor do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Mediante esse depósito, a ECT interpõe recurso administrativo.

**8.5 – Outros:** do montante de R\$56,4 milhões de créditos a realizar, R\$48,7 milhões refere-se ao depósito de poupança-garantia pelo contrato comercial 531/2005 com a Caixa Econômica Federal registrado a valor presente.

## NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Do montante de R\$5,1 milhões, os valores mais significativos são aqueles decorrentes de Participações não relevantes (Companhias Telefônicas). Cabe mencionar que a provisão para as perdas com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. No momento, não há intenção de venda desses Ativos.

NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	2010	2009
Participações não relevantes	3.516.285,68	3.516.285,68
FINAM	12.793.728,91	12.793.728,91
FINOR	15.268.161,72	15.268.161,72
Provisão para perdas	(28.061.890,63)	(28.061.890,63)
Museus e coleções	694.296,06	740.245,62
Outros investimentos	918.135,81	894.419,42
<b>TOTAL</b>	<b>5.128.717,55</b>	<b>5.150.950,72</b>

**NOTA 10 – IMOBILIZADO**

A Lei 11.638/2007 determinou o uso na contabilidade societária das vidas úteis econômicas (e não fiscais) e da utilização de valores residuais no cálculo das depreciações e amortizações. Estudos estão sendo realizados de forma a definir a vida útil dos bens e espera-se a implantação a partir de 2011, em consonância com o CPC 27 e com a Interpretação Técnica 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 10.

<b>NATUREZA DO BEM</b>	<b>2010</b>	<b>2009 (Reclassificado)</b>
<b>Bens imóveis</b>	<b>807.245.347,66</b>	<b>788.006.220,34</b>
Terrenos	97.557.685,23	97.558.016,25
Prédios	537.043.730,71	505.407.626,50
Instalações em prédios próprios	332.008.048,23	327.718.334,15
Benfeitorias e instalações imóveis de Terceiros	187.182.667,64	170.350.757,83
Obras em Andamento	191.290.680,89	159.419.314,94
Depreciação/ Amortização Acumulada	(537.837.465,04)	(472.447.829,33)

<b>NATUREZA DO BEM</b>	<b>2010</b>	<b>2009 (Reclassificado)</b>
<b>Bens móveis</b>	<b>675.747.887,95</b>	<b>744.091.280,37</b>
Móveis e Utensílios	307.987.397,16	274.933.827,30
Máquinas e Equipamentos	1.208.611.785,08	1.190.197.732,86
Veículos Motorizados	347.788.435,40	292.258.262,74
Veículos não Motorizados	9.092.102,94	8.845.786,08
Ferramentas e Instrumentos	3.599.500,18	3.403.264,79
Equipamentos de Processamento de Dados	473.007.310,05	482.538.587,74
Aquisições de bens móveis em andamento	8.821.872,95	7.145.704,10
Material/bens a imobilizar	822.618,28	822.618,28
Depreciação/Amortização acumulada	(1.683.983.134,09)	(1.516.054.503,52)

**NOTA 11 – INTANGÍVEL**

Corresponde aos *Softwares* não integrados às Máquinas e Equipamentos.

<b>NATUREZA DO BEM</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
------------------------	-------------	-------------

<b>NATUREZA DO BEM</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Bens Intangíveis</b>	<b>20.019.915,87</b>	<b>25.899.916,17</b>
Softwares, Licenciamentos e Similares	200.021.185,95	193.211.887,33
Amortização Acumulada	(180.001.270,08)	(167.311.971,16)

## NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

Os itens do Passivo Circulante não trazidos a valor presente referem-se a obrigações de giro rápido, normalmente liquidados até o dia 15 de cada mês, como folha de pagamento (resíduos e encargos) e fornecedores, o que não representa relevância para esse fim.

**12.1 – Encargos Sociais:** ocorreu variação positiva na ordem de 45,0% no montante dos encargos sociais quando comparados 2010 (R\$247,0 milhões) com 2009 (R\$169,9 milhões) a qual tem explicação pelo acréscimo da folha de pagamento e pelo registro da parcela de curto prazo para cobrir o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado – Postalís referente ao exercício de 2011, conforme NE 15.

<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
INSS – empregador	82.017.882,83	70.640.240,28
Postalís – Empregador	721.879,48	392.321,60
SENAI adicional	608.682,94	564.821,10
Salário educação	7.245.147,97	6.687.452,73
FGTS	33.528.718,04	30.794.651,21
INSS - contribuinte individual	784.973,39	717.944,44
INSS – cooperativas	535.152,67	464.556,28
Postalprev Empregador	25.075.729,27	12.360.696,59
Reservas a Amortizar – Serviço Passado	96.469.572,68	47.320.560,84
<b>TOTAL</b>	<b>246.987.739,27</b>	<b>169.943.245,07</b>

**12.2 – Impostos e Contribuições:** apresentou redução de 31% do ano de 2009 para 2010 causado, principalmente, pelo decréscimo dos impostos vinculados à receita (PASEP e COFINS) e pela diminuição em IRPJ e CSSL em decorrência da alta incidência de despesas indedutíveis em 2009, principalmente em função do registro comentado na NE 15.

<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
INSS Empresas - retenção fonte	4.761.663,97	3.927.289,12

<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
INSS retenção - contribuinte individual	317.486,48	270.274,46
Obrigações Tributárias (COFINS, PASEP e ICMS)	91.523.714,57	101.492.469,40
INSS contribuinte individual	2.146,39	2.301,25
ISSQN – retido de terceiros	21.269,10	7.044,86
IRF - retido de terceiros	2.039,78	713,23
Retenções na fonte - LEI 9.430/96	1.658,42	1.419,25
IRPJ	61.663.801,52	114.262.966,15
CSLL	23.536.343,09	42.969.994,46
<b>TOTAL</b>	<b>181.830.123,32</b>	<b>262.934.472,18</b>

**12.3 – Dividendos a pagar:** foram destinados dividendos equivalentes a 50% do lucro do exercício após constituição de reserva legal, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, no valor de R\$191,7 milhões. Vale destacar que a esse montante é somado o valor dos Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$201,1 milhões. Assim, o total a recolher à União no transcorrer de 2011 é de R\$392,8 milhões. Esse passivo, em 2009, era de R\$55,8 milhões, em decorrência do lucro bem inferior auferido (R\$117,5 milhões).

<b>DIVIDENDOS A PAGAR</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Dividendos	191.703.420,30	0,00
Juros sobre Capital Próprio – JCP	201.096.556,49	55.834.496,69
<b>TOTAL</b>	<b>392.799.976,79</b>	<b>55.834.496,69</b>

**12.4 – Arrecadação e Recebimentos:** do montante de R\$45,5 milhões, destacam-se os recebimentos para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís no valor de R\$21,2 milhões, R\$9,8 milhões decorrentes das transferências de numerário de terceiros, via serviço de Vale Postal Nacional e R\$4,6 milhões de imposto de importação. Além destas, as demais obrigações que compõem esse grupo estão em destaque no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada.

<b>ARRECAÇÃO E RECEBIMENTOS</b>	<b>2010</b>	<b>2009 (Reclassificado)</b>
Recebimento para o Postalís	21.195.995,11	18.118.961,83
Emissão vale postal nacional	9.817.882,97	5.871.465,31
Vale Postal Internacional	1.284.080,89	2.106.121,83

<b>ARRECAÇÃO E RECEBIMENTOS</b>	<b>2010</b>	<b>2009 (Reclassificado)</b>
Venda de produtos de terceiros e consignados	2.590.740,33	252.553,53
Recebimento de Contas-Serviços Públicos	352.740,34	1.455.892,47
Recebimento de Contas-Serviços Particulares	818.788,40	1.021.006,87
Reembolso Postal – entrega	1.611.884,69	1.380.386,09
Venda de Título de Capitalização	99.016,96	909.216,43
Recebimento de Imposto de Importação	4.608.620,73	2.288.396,64
Serviços Virtuais	1.146.611,40	1.013.865,20
Outros Recebimentos	2.006.269,18	3.754.043,39
<b>TOTAL</b>	<b>45.532.631,00</b>	<b>38.171.909,59</b>

**12.5 – Adiantamentos de clientes:** o montante de R\$5,6 milhões é decorrente, principalmente, de adiantamento de clientes e adiantamentos para resgate de títulos de capitalização.

**12.6 – Contas Internacionais a Pagar:** o valor de R\$50,1 milhões representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas em face das transações internacionais dos Correios. Esse valor está corrigido pela variação do Direito Especial de Saque – DES, refletindo, portanto, seu valor presente.

**12.7 – Precatórios e Mandados Judiciais:** são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária, sendo: vencíveis em 2011 (Circulante: R\$27,5 milhões) e a partir de 2012 (Não-Circulante: R\$164,3 milhões).

<b>PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Precatórios (Circulante)	27.491.182,50	29.283.209,36
Precatórios (Não-Circulante)	2.664.541,73	6.088.480,70
Ações de fornecedores (Não-Circulante)	161.599.715,56	147.207.378,39
<b>TOTAL</b>	<b>191.755.439,79</b>	<b>182.579.068,45</b>

**12.8 – Provisões:** o saldo de R\$44,4 milhões representa valores provisionados para devolução da taxa de concurso público da ECT pelo mesmo ter sido cancelado e ainda, valor referente à confissão de dívida junto a fornecedores.

**12.9 – Empréstimos e Financiamentos:** obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Para o exercício de 2011, foram provisionados R\$33,1 milhões, sendo R\$31,5 milhões composto

conforme quadro abaixo e R\$1,5 milhões de juros/comissões sobre estes financiamentos. Nos exercícios seguintes, temos mais R\$38,2 milhões para os mesmos agentes financeiros.

Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS - 31/12/2010			Qtde Parcelas		Em Reais		
				Valor Original	Pago até 31/12/2010	Saldo	Circulante	Não Circulante	Circulante (R\$)	Não Circulante (R\$)	TOTAL (R\$)
<b>KFW</b>	31/12/2010	28/02/2013	5	EUR 62.129.884,50	EUR 48.927.300	EUR 13.202.584	2	3	11.766.161,58	17.649.196,60	29.415.358,18
<b>JBIC</b>	31/12/2010	12/12/2015	23	JPY 6.097.666.100	JPY 4.639.838.000	JPY 1.457.828.100	10	13	12.499.953,58	17.385.522,44	29.885.476,02
<b>Marubeni</b>	31/12/2010	12/12/2013	8	JPY 2.676.202.431	JPY 2.381.894.412	JPY 294.308.019	4	4	2.879.967,29	3.153.347,17	6.033.314,46
<b>Danske Bank</b>	31/12/2010	30/09/2011	2	EUR 18.246.872,50	EUR 16.278.854	EUR 1.968.018	2	0	4.384.745,00	-	4.384.745,00
<b>TOTAL sem Provisão de Encargos e Comissões</b>									<b>31.530.827,45</b>	<b>38.188.066,21</b>	<b>69.718.893,66</b>
<b>Provisão de Encargos e Comissões</b>									1.526.897,96	-	1.526.897,96
<b>TOTAL</b>									<b>33.057.725,41</b>	<b>38.188.066,21</b>	<b>71.245.791,62</b>

**12.10 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR:** nesse exercício foram destinados R\$98,2 milhões a título de PLR, conforme limitador de 25% dos dividendos distribuídos, estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ofício 43/DEST-MP. Ressalte-se que a importância registrada no Circulante é R\$102,2 milhões, devido aos resíduos da PLR de exercícios anteriores, ainda não pagos aos empregados afastados.

**12.11 – Receitas a apropriar:** com um total de R\$64,5 milhões, é composta por R\$48,3 milhões referente às luvas do Banco Postal (atualizadas monetariamente) e mais R\$16,2 milhões relativos, principalmente, aos recebimentos decorrentes de aluguéis de Caixas Postais que, em face do regime de competência adotado pela Empresa, devem ser apropriadas no curso de 2011.

**12.12 – Juros Remuneratórios sobre Capital Próprio:** o montante de R\$201,1 milhões refere-se ao crédito para a União, acionista único, a título de remuneração do capital próprio. O valor foi calculado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido ajustado nos termos da Legislação vigente e da decisão da Diretoria da Empresa de 19/04/2006. Esse montante é atualizado mensalmente até que ocorra seu recolhimento.

## NOTA 13 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

**13.1 – Provisões:** o montante de R\$274,4 milhões refere-se às provisões constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho, foi avaliado pelos consultores jurídicos como de perda provável. O valor contabilizado está atualizado monetariamente até 31/12/2010.

<b>PROVISÕES</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Demandas trabalhistas	230.391.627,57	205.628.882,81
Demandas cíveis	44.058.217,78	31.267.552,42
<b>TOTAL</b>	<b>274.449.845,35</b>	<b>236.896.435,23</b>

**13.2 – Contingências Passivas:** em 31/12/2010, a Empresa era Ré em outras 17.988 demandas judiciais, já com perda em primeira instância, cujo montante pleiteado era da ordem de R\$485,8 milhões. Entretanto, o efeito financeiro e o prazo para desembolso são de difícil mensuração haja vista os diversos recursos que ainda serão impetrados nas instâncias seguintes. De acordo com o CPC 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda. Há também um passivo fiscal não-reconhecido, classificado como perda remota, haja vista a tese de imunidade tributária defendida pela Empresa, em apreciação pelo Superior Tribunal Federal.

**13.3 – Tributos compensados:** o montante de R\$117,7 milhões refere-se aos tributos não recolhidos (PASEP, COFINS e INSS) e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda., em demanda judicial. O acréscimo no saldo, na comparação com 2009, refere-se à alteração do percentual do risco da COFINS para 50%, conforme orientação da Área Jurídica.

	<b>2010 (R\$)</b>	<b>2009 (R\$)</b>
Tributos Compensados	117.745.466,09	92.626.910,02

**13.4 – Outros débitos:** o saldo igual a zero, foi em decorrência do registro no resultado, no decorrer de 2010, do montante de R\$48,3 milhões referente às Luvras do Banco Postal.

## NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Composição acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R\$ 2.919,0	Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº. 509, de 20 de março de 1969. Conforme Relatório 025/2010 do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do Capital Social da ECT dos atuais R\$ 1.869 milhões para R\$2.919,0 milhões. A ratificação deste montante ainda se encontra em análise no Ministério da Fazenda.

**14.2 – Reservas de Capital/Outras Reservas:** o montante de R\$37,6 milhões refere-se ao recebimento de bens em doações de órgãos públicos anteriores à publicação da Lei 11.638/2007.

### 14.3 – Reservas de Lucros

**14.3.1 – Reserva Legal:** o valor de R\$250,8 milhões refere-se à parcela de 5% do lucro até 2010, destacada para constituição da Reserva Legal;

**14.3.2 – Reserva para Investimentos:** o Conselho de Administração, por meio do Relatório/CA-037/2010, aprovou a proposta orçamentária de Investimento no montante de R\$500,0 milhões para o Exercício de 2011. Diante deste contexto, foi proposta a constituição da Reserva de Investimento com o valor remanescente do resultado de R\$ 392,8 milhões.

## NOTA 15 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev. Suas reservas matemáticas são calculadas atuarialmente e revisadas de forma periódica.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões e seu saldamento ocorreu em março de 2008 e o saldo registrado até então era de R\$ 632,8 milhões.

Em março de 2009, foi apresentado pelo Postalís à Diretoria da ECT o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado referente ao exercício de 2009 para homologação. Este documento apresentou a avaliação atuarial do Plano BD Saldado, com a demonstração de R\$ 793,0 milhões como valor adicional necessário para a cobertura do risco atuarial adicional (Reserva de Tempo de Serviço Anterior ou “serviço passado” - RTSA), decorrente do saldamento do Plano BD do Postalís.

Em função da relevância dos números do RTSA Adicional, bem como do requisito da NPC nº 26 ao determinar que os procedimentos de análise e contabilização devam ser cumpridos em conjunto com um atuário, a Diretoria da ECT recomendou a contratação de empresa especializada, com o fim específico de emitir parecer sobre a avaliação atuarial do Plano de Custeio de Benefício Definido Saldado. Tendo em vista a reprovação do Plano de Custeio para 2009 na 10ª Reunião de Diretoria, realizada em 18/03/2009, a Área Financeira da ECT, mantendo o princípio da Prudência, propôs

naquela época a constituição de Reserva de Contingências no montante equivalente ao valor apresentado pelo Postalís até a homologação do Relatório Técnico Atuarial pela autoridade competente.

Em 14/07/2009 mediante reunião entre os representantes da ECT, Postalís, DEST/MPOG e ex-SPC/MPS, ficou acordado que os Correios aprovariam condicionalmente o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado apresentado pelo Postalís, ao mesmo tempo em que seria realizada uma auditoria nos cálculos dos valores da RTSA, por intermédio de empresa especializada indicada pela ECT e contratada pelo Postalís, de acordo com os pré-requisitos definidos pelo Conselho de Administração da ECT, com resposta aos quesitos formulados por este.

Em 12/01/2010, por meio do Relatório RN/Postalís 001/2010, foram apresentadas por aquele Instituto de Seguridade respostas aos quesitos formulados pelos Conselhos de Administração e Fiscal da ECT.

Em 05/05/2010, os Conselhos de Administração e Fiscal proferiram em decisão conjunta que a ECT reconhecesse o RTSA adicional apresentado em 2008.

Assim, considerando a entrega do relatório técnico, os fatos anteriormente relatados, a manifestação da atuária, bem como os princípios e normas contábeis que regem o assunto e este, por ainda estar em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional/MF, a ECT reconheceu o passivo adicional na forma de provisão no valor de R\$793,0 milhões no balanço de 2009.

Em 15/12/2010, por meio do Relatório/DIGEP 040/2010 foi aprovada pela Diretoria da ECT a contratação da dívida de R\$1.489,8 milhões, com data base de 31/07/2010 referente à RTSA do Plano de Benefício Definido Saldado do Postalís, a qual passaria a ser atualizada exclusivamente de forma financeira com evolução equivalente à variação do INPC acrescida de juros de 6% (seis por cento), a partir de 01/08/2010.

Dentro desse contexto, a rubrica Postalís Reservas a Amortizar totaliza no Balanço Patrimonial da ECT R\$1.439,0 milhões divididos entre Circulante (R\$96,5 milhões) e Não-Circulante (R\$1.342,5 milhões).

Em 17/12/2010, tal decisão da Diretoria foi analisada pelo Conselho de Administração e submetida à avaliação do Conselho Fiscal. Paralelamente, a partir de 03 de janeiro de 2011, com assunção dos novos membros dos órgãos de administração da ECT, o assunto continua em análise.

## **NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

### **16.1 – Receita Bruta de Serviços e Vendas**

As receitas operacionais da Empresa são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada, venda de material de consumo e outras receitas operacionais, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e empresas.

## 16.2 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

Atingiu em 2010 o montante de R\$12,1 bilhões. Levando-se em consideração os dez maiores destaques nas vendas, identifica-se que o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuem com 34% e 27% da receita de vendas, respectivamente, situação esta, praticamente inalterada com relação a 2009.

RECEITA	2009 (R\$ mil)	2009 (%)	2010 (R\$ mil)	2010 (%)
FAC	3.515.652	34	3.908.926	34
Sedex	2.796.231	27	3.191.026	27
Contrato de Postagem	934.796	9	1.057.100	9
Selo Estampado	953.068	9	1.023.965	9
MDP	501.678	5	627.509	5
PAC	448.905	4	475.585	4
Malote/SERCA	456.859	4	452.237	4
Filatelia	421.913	4	391.109	3
Banco Postal	227.112	2	321.923	3
Impresso Especial	197.001	2	191.986	2
<b>TOTAL</b>	<b>10.453.216</b>	<b>100</b>	<b>11.641.366</b>	<b>100</b>

## 16.3 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2010 atingiram R\$7,9 bilhões. Desse total, R\$5,4 bilhões são referentes a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

## NOTA 17 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 17.1 - Reservas de Capital

Teve seu saldo inalterado em 2010, fechando com a importância de R\$37,6 milhões.

**17.2 – Reserva Legal**

Seu saldo inicial de R\$209,5 milhões foi acrescido de R\$41,3 milhões referente à destinação de 2010 e finalizou com R\$250,8 milhões.

**17.3 – Reserva para Investimentos**

Foi constituída a importância de R\$ 392,8 milhões tendo em vista o exposto no item 14.3.2.

**NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO****18.1 – Provisão para Devedores Duvidosos**

Em virtude da diminuição da estimativa desta provisão, conforme NE 3.7.1, houve reversão da mesma, o que justifica o saldo positivo apresentado tanto em 2009 quanto em 2010.

**18.2 – Valor Adicionado à Disposição da Empresa**

A finalidade dessa primeira parte da DVA é evidenciar a riqueza criada pela entidade, a qual chegou ao patamar de R\$9,1 bilhões, influenciada principalmente pelo crescimento da receita, conforme NE 16.

**18.3 – Distribuição do Valor Adicionado**

A segunda parte visa demonstrar como a riqueza gerada pela Empresa foi distribuída, podendo destacar: 65,0% para remuneração do trabalho e 31,0% para remuneração do governo na forma de impostos e juros sobre capital próprio.

**NOTA 19 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA****19.1 Receita de Variação Patrimonial**

A redução é justificada por eventos esporádicos ocorridos em 2009 que não se repetiram em 2010, como o acerto de contas com o INSS.

## 19.2 Aumento de Créditos

A variação de R\$186,8 milhões é justificada principalmente pelo comentado no item 5.1.

## 19.3- Aumento/(Diminuição) de Outros Valores e Bens acrescidos da variação do Realizável a Longo Prazo

A seguir, estão detalhados os itens responsáveis pela variação de R\$86,8 milhões.

<b>RUBRICA</b>	<b>2010 (R\$)</b>
Despesas Antecipadas (Circulante)	1.105.612,56
Outros Valores e Bens	(46.220.516,70)
Adiantamentos	13.947.170,29
Valores a Compensar	(29.752.675,27)
Cobrança Jurídica/Inadimplência	(30.693.269,86)
Valores a Apurar	860.807,23
Outros Créditos (Circulante)	(582.549,09)
Imóveis Funcionais	(498.932,97)
Depósitos Judiciais Trabalhistas	427.311,18
Despesas Antecipadas (Não-Circulante)	(50.356,60)
Outros Créditos (Não-Circulante)	4.664.239,68
<b>Total</b>	<b>(86.793.159,55)</b>

## 19.4 Aumento/(Diminuição) das Obrigações acrescidas da variação do Não-Circulante

A variação de R\$86,4 milhões é composta pelas rubricas a seguir:

<b>RUBRICA</b>	<b>2010 (R\$)</b>
Encargos Sociais	77.044.494,20
Impostos e Contribuições	(81.104.348,86)

<b>RUBRICA</b>	<b>2010 (R\$)</b>
Arrecadações e Recebimentos	7.360.721,41
Adiantamentos de Clientes	(11.750.090,95)
Contas Internacionais a Pagar	10.790.213,54
Precatórios Judiciais	(1.792.026,86)
Participação nos Lucros e Resultados	(4.525.900,47)
Receitas a Apropriar	2.397.463,72
Outros Débitos (Circulante)	4.343.414,31
Postalís Reservas a Amortizar	106.864.113,40
Tributos Compensados	25.118.556,02
Outros Débitos (Não Circulante)	(48.297.103,61)
<b>Total</b>	<b>86.449.505,85</b>

### 19.5 Aumento das disponibilidades

O acréscimo apresentado está relacionado principalmente às aplicações financeiras que aumentaram seu saldo de curto prazo em R\$659,8 milhões, conforme detalhado na nota explicativa 4.2.

Brasília-DF, abril de 2011.

**Wagner Pinheiro de Oliveira**  
Presidente

**Luis Mario Lepka**  
Diretor Econômico-Financeiro

**José Furian Filho**  
Diretor Comercial

**Antônio Luiz Fuschino**  
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura

**Nelson Luiz Oliveira de Freitas**  
Diretor de Administração

**Larry Manoel Medeiros de Almeida**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**José Eduardo Xavier**  
Diretor de Operações

**Hudson Alves da Silva**  
Contador CRC/DF 14022/O-9